

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 02/2015 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 37 | 90 |

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 02/2015 DE 16 DE JANEIRO

----- Aos dezasseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e não pública, sob a presidência da Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, na qualidade de Vereadora a tempo inteiro e Vice-Presidente da Câmara, em substituição do Sr. Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Eng.º João Reis Paulo, Vereador em Regime de meio tempo, Sr. Carlos Dias Mota e Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- Não compareceu à reunião o Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal.-----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”**-----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- a) **Atentado ao jornal satírico francês “Charlie Hebdo”** -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Malhada referiu-se aos acontecimentos recentes verificados em Paris, e expressou a sua solidariedade com o povo francês, afirmando que muito embora tal atrocidade seja absolutamente condenável, entende que não se revê no slogan *je suis Charlie*, mas a liberdade de expressão é um valor fundamental dos regimes democráticos. -----

----- A este propósito o Sr. Vereador Reis Paulo referiu também a situação na Bélgica e na Alemanha, com a possível detenção de jihadistas, e manifestou também a sua apreensão com o momento que a Europa atravessa. A Sr.^a Vereadora Delfina Gomes e o Sr. Vereador Carlos Mota expressaram também o seu pesar pelas vítimas do atentado. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do 02 de janeiro de 2015**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pela Sr.^a Presidente.-----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Execução da Empreitada de “Construção da Circular Urbana Nascente a Vila Nova de Paiva – 1.^a Fase – Troço Rotunda da Praia/Rotunda do Lar”** – Aprovação da Minuta do Contrato da Empreitada.-----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pela Sr.^a Presidente.-----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Associação Terra Lusa, de Orsay, França** – Por ofício registado em 02.01.2015, informam da realização em finais de Junho de 2015, de manifestação cultural dedicada às Vilas geminadas com Orsay, na qual irá participar a Banda Musical de Vila Cova à Coelheira, solicitando transporte para a deslocação daquela Banda a França. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, o Executivo deliberou por unanimidade autorizar a disponibilização de transporte que se estima em cerca de dois mil e quinhentos euros. -----

----- **b) Fixação de preço de venda de livro alusivo aos 500 Anos dos Forais Manuelinos.** -----

----- O Sr. Vereador Cristovão Ferreira enalteceu a qualidade da elaboração e impressão da obra, e o seu autor, Sr. Jorge Oliveira Pinto, que se coaduna com a mensagem que está no livro. -----

----- O Sr. Vereador Carlos Mota parabenizou a tipografia e o autor da obra. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a venda ao público da obra em epígrafe, pelo preço de vinte euros.-----

----- **c) Manuel Marques Custódio**, de Viseu – Por requerimento datado e registado em 22 de dezembro de 2014, solicita apoio judiciário ao abrigo da alínea o), do n.º 1 do art.º 5.º, conjugado com o art.º 21.º, ambos do Estatuto dos Eleitos Locais (EEL), no âmbito do processo judicial n.º 136/07.7TASAT, já concluído e transitado em julgado, e que decorreu do exercício das funções enquanto Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva no mandato autárquico de 2005/2009 – Ratificação do Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 22 de dezembro de 2014 de autorização do pagamento de honorários ao advogado Dr. Fernando Loureiro no valor de oito mil euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 02/2015 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 37 | 90 |

----- Foi presente à reunião o referido Despacho do Sr. Presidente da Câmara, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) O S. Manuel Marques Custódio, casado, residente em Gumirães, município de Viseu, exerceu nesta Câmara Municipal as funções de Presidente da Câmara, em regime de exclusividade, no mandato autárquico de 2005/2009;

b) Tendo como causa o exercício daquelas funções, foi intentada contra o mesmo ação cível por empresa de obras públicas que correu seus termos no Tribunal Judicial de Sátão, com o processo n.º 136/07.7TASAT;

c) Aquele ex-autarca, por requerimento desta data, ao abrigo da alínea o), do n.º 1, do art.º 5.º, conjugado com o art.º 21.º, ambos do Estatuto dos Eleitos Locais (EEL) aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, alterada e republicada em Anexo à Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro, e alterada pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, vem requerer apoio no referido processo judicial no sentido da Câmara Municipal suportar os encargos com os honorários do Advogado que o representou no processo, Dr. Fernando Loureiro, como indica, alegando que o processo está já concluído e transitado em julgado, tendo sido absolvido no mesmo, não se provando assim qualquer dolo ou negligência da sua parte;

d) Aquele Advogado, por carta registada nesta data, solicita o pagamento de honorários no valor de oito mil euros, acrescido de IVA à taxa legal de 23%, nos termos acordados, anexando cópia da documentação judicial provando a conclusão do processo e absolvição do seu cliente, nomeadamente a decisão do Tribunal da Relação de Coimbra, pelo que estão assim reunidas as condições para pagamento dos encargos com o referido processo;

e) No corrente mês de dezembro já não se realizarão mais reuniões ordinárias da Câmara Municipal, não sendo admissível a convocatória de uma reunião extraordinária para decisão do presente assunto, até por reunir as condições necessárias para decisão favorável, além de que poderá estar em causa a disponibilidade dos membros da Vereação dado estar-se em pleno período de festas natalícias;

Assim, dada a urgência no pagamento dos referidos encargos, DECIDO:

1.º) Ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, concordar com o pagamento dos honorários apresentados no montante de oito mil euros, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor de 23%.

2.º) Desde já autorizar o pagamento de 50% daqueles encargos ao Advogado Sr. Fernando Loureiro, mediante apresentação de recibo nos termos legais.

O presente despacho deve ser presente na próxima reunião da Câmara Municipal para submissão a ratificação.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Após análise do requerimento e despacho do Sr. Presidente da Câmara, deliberado por unanimidade ratificar o despacho de autorização do pagamento dos honorários. -----

----- **d) Desanexação de parcela de terreno sito ao Lugar do Sangrinho, na freguesia de Vila Cova à Coelheira** para instalação de unidade de serralharia civil de Ilídio Silva Ferreira – Proposta de desanexação de parcela de terreno do Sr. Presidente da Câmara de 14 de janeiro de 2015. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) A Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na sessão ordinária que teve lugar no dia 15 de dezembro de 2014, deliberou ao abrigo da alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária realizada no dia 5 de dezembro de 2014, aprovou a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com 20.850 m², inserida no espaço industrial sito ao Lugar do Sangrinho, na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, destinado à instalação de pequenas unidades de produção e ou transformação, não poluidoras.

b) Em 16 de dezembro de 2014 aquela parcela de terreno foi inscrita na matriz predial urbana da Freguesia de Vila Cova à Coelheira, como terreno para construção, sob o artigo P1.712, tendo sido solicitada a respetiva descrição predial junto da Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Paiva.

c) Por requerimento registado em 9 de maio de 2014, o Sr. Ilídio Silva Ferreira, de Pendilhe, na sequência de deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião ordinária realizada no dia 2 de agosto de 2012, requereu à Câmara Municipal a possibilidade de disponibilização de parcela de terreno naquele espaço industrial, para instalação de uma unidade de serralharia civil, o que foi autorizado pela Câmara Municipal, a título provisório, na sua reunião ordinária de 16 de maio de 2014,

d) O respetivo preço por metro quadrado será à razão de € 1,75 (um euros e setenta e cinco cêntimos) por metro quadrado, aplicando-se-lhe para o efeito, por

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 02/2015 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 37 | 90 |

analogia, o n.º 23 do Capítulo IV do Regulamento Municipal de Venda e Aquisição de Terrenos do Loteamento Industrial do Vale do Forno de Vila Nova de Paiva publicado pelo Edital n.º 378/99 na 2.ª Série do Diário da República n.º 264, de 12 de novembro de 1999, alterado por deliberação da Câmara Municipal de 16 de agosto de 2006.

e) Verificada a área de terreno efetivamente necessária para a instalação da referida unidade industrial, constata-se que é necessária uma parcela de terreno com a área de 3.180 (três mil cento e oitenta) metros quadrados.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere o seguinte:

1.º) Autorizar a desanexação de uma parcela de terreno, com área de 3.180 (três mil cento e oitenta) metros quadrados, do prédio urbano municipal com o artigo matricial P 1.712, sito ao Lugar do Sangrinho, na povoação e freguesia de Vila Cova à Coelheira, com as seguintes confrontações, conforme Planta de Localização anexa à presente proposta:

- Norte: Município de Vila Nova de Paiva;*
- Nascente: Município de Vila Nova de Paiva;*
- Sul: Município de Vila Nova de Paiva;*
- Poente: Estrada Municipal.*

2.º) Autorizar a atribuição da parcela desanexada ao Sr. Ilídio Silva Ferreira, de Pendilhe, pelo preço de € 5.565,00 (cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco cêntimos), à razão de € 1,75 por metro quadrado, por aplicação analógica do n.º 23 do Capítulo IV do Regulamento Municipal de Venda e Aquisição de Terrenos do Loteamento Industrial do Vale do Forno de Vila Nova de Paiva publicado pelo Edital n.º 378/99 na 2.ª Série do Diário da República n.º 264, de 12 de novembro de 1999, alterado por deliberação da Câmara Municipal de 16 de agosto de 2006, para instalação de uma unidade de serralharia civil, devendo ser celebrado o respetivo contrato de compra e venda no Notariado Privativo da Câmara Municipal após inscrição matricial e registral da parcela desanexada.”

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade autorizar a desanexação da parcela de terreno nos termos propostos, com índice de construção de 0,50 e taxa de ocupação de 45%, conforme Plano Diretor Municipal. Mais foi deliberado por unanimidade autorizar a venda da parcela agora desanexada à firma Ilídio Silva Ferreira – Serralharia Civil, Unipessoal, Lda, NIPC. 510 752 853, com sede na Estrada do Sr. da Piedade, na povoação e freguesia de Pendilhe, com área de 3.180 m2, pelo preço de €5.565,00 (cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco cêntimos), à razão de €

1,75 por metro quadrado, conforme proposto e nas condições de transmissão também propostas. -----

----- e) Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para o ano de 2015 – Agrupamento de Entidades Adjudicantes – Procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE – Aprovação da minuta do contrato – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 14 de janeiro de 2014.-----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, de acordo com o n.º 3 do art.º 39.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), deliberou na reunião extraordinária que teve lugar no passado dia 15 de dezembro de 2014, adjudicar o fornecimento de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as instalações do Município de Vila Nova de Paiva, para o ano de 2015, ao concorrente EDP COMERCIAL – Comercialização de Energia, S.A., classificado em 1.º lugar, pelo preço contratual de € 218.120,32 (duzentos e dezoito mil, cento e vinte euros e trinta e dois cêntimos), a que acresce o IVA no montante de € 50.167,67 (cinquenta mil, cento e sessenta e sete euros e sessenta e sete cêntimos), à taxa legal em vigor de 23%, o que totaliza € 268.287,99 (duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e sete euros e noventa e nove cêntimos).

b) Conforme documentação remetida pelos serviços da CIMVDL a fração da despesa que compete ao Município de Vila Nova de Paiva é a correspondente àquela fração do preço contratual proposto pela EDP COMERCIAL no âmbito do concurso público em epígrafe aberto pelo Anúncio de Procedimento n.º 5.707/2014 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 197, de 13 de outubro de 2014, e Anúncio de Concurso n.º 351262-2014 publicado no Suplemento do Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) n.º 199, de 16 de outubro de 2014.

c) Pela mesma deliberação foi autorizado que, para efeitos do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, a Representante do Agrupamento de entidades adjudicantes, CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, procedesse à notificação da decisão de adjudicação ao Adjudicatário e, em simultâneo, os restantes concorrentes, acompanhada do Relatório Final do Júri do Procedimento e, bem assim, para que, nos termos do n.º 2 do art.º 77.º do CCP, o Adjudicatário fosse também notificado para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do art.º 81.º do CCP e referidos no art.º 26.º do Programa de Procedimento, no prazo aí fixado de

| | |
|-----------|-----------|
| Ata N.º | 02/2015 |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 37 | 90 |

cinco dias úteis, contado da data de notificação da decisão de adjudicação, e ainda, conforme n.º 1 do art.º 88.º do CCP, para prestar caução, no prazo de dez dias úteis, correspondente a 5% do referido preço contratual, a favor do Município de Vila Nova de Paiva, equivalente a € 10.906,02 (dez mil, novecentos e seis euros e dois cêntimos), ou, em alternativa à prestação de caução, para apresentar um seguro da execução do contrato a celebrar, que cubra o respetivo preço contratual, a emitir nos termos referidos no n.º 4 do art.º 88.º do CCP.

d) O Adjudicatário apresentou em boa forma os documentos de habilitação exigidos, em 2 de janeiro de 2015 apresentou a Declaração de Seguro Caução n.º 201412014, Apólice n.º CA30003415, no valor acima referido, emitida pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., com sede no Largo do Calhariz, n.º 30, 1249-001 Lisboa, pessoa coletiva com o número 500 918 880;

e) Comprovada que está a prestação de caução, e para efeitos de celebração do contrato escrito como resulta “a contrario sensu” da alínea d), do n.º 1, do art.º 95.º do CCP, importa proceder à aprovação da respetiva minuta do contrato de fornecimento, que cabe ao órgão competente para a decisão de contratar conforme previsto no n.º 1 do art.º 98.º do CCP, que é a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere autorizar a contratação do fornecimento e aprovar a Minuta do respetivo contrato anexa à presente proposta, elaborada pelos serviços da CIMVDL - Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.”

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do contrato de fornecimento nos termos propostos.-----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quarenta minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----